

* 7 SET 1995

ESTADO DE SÃO PAULO Luiz Paulo Lima/AE—6/6/95

Substância retida pela Receita faz HC adiar exames

Dívida leva à não-liberação de cloreto de tálio; hospital entra com mandado de segurança

HELIANA NOGUEIRA

Uma carga de cloreto de tálio — produto radioativo, utilizado para exames em pacientes portadores de insuficiências cardíacas —, importada dos Estados Unidos pelo Hospital das Clínicas (HC), está retida pela Receita Federal no Aeroporto Internacional de Guarulhos desde domingo. O hospital está deixando de realizar cerca de 20 exames por dia em razão da retenção do material, ocasionada por uma dívida de mais de R\$ 12 milhões para com a União.

Ontem, a direção do hospital decidiu entrar na Justiça com um mandado de segurança para liberação da carga, que possui vida útil de até 96 horas, quando então deixa de ser radioativa. "Não podemos retirar o produto na alfândega porque a Receita Federal não libera materiais de quem possui dívidas", explicou Gonzalo Vecina Neto, chefe de gabinete do HC. "Estão exigindo uma certidão negativa de débitos."

O hospital tem uma dívida de R\$ 2,2 milhões com o INSS por parte dos trabalhadores e em mais de R\$ 6 milhões por parte dos empregadores. Além disso, há outra quantia devedora, no valor de R\$ 4,9 milhões, referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

"Estamos em processo de renegociação dessas dívidas, adquiridas em 1992", garantiu Vecina. "O HC é um órgão público", acrescentou. "Se não está efetuando os pa-

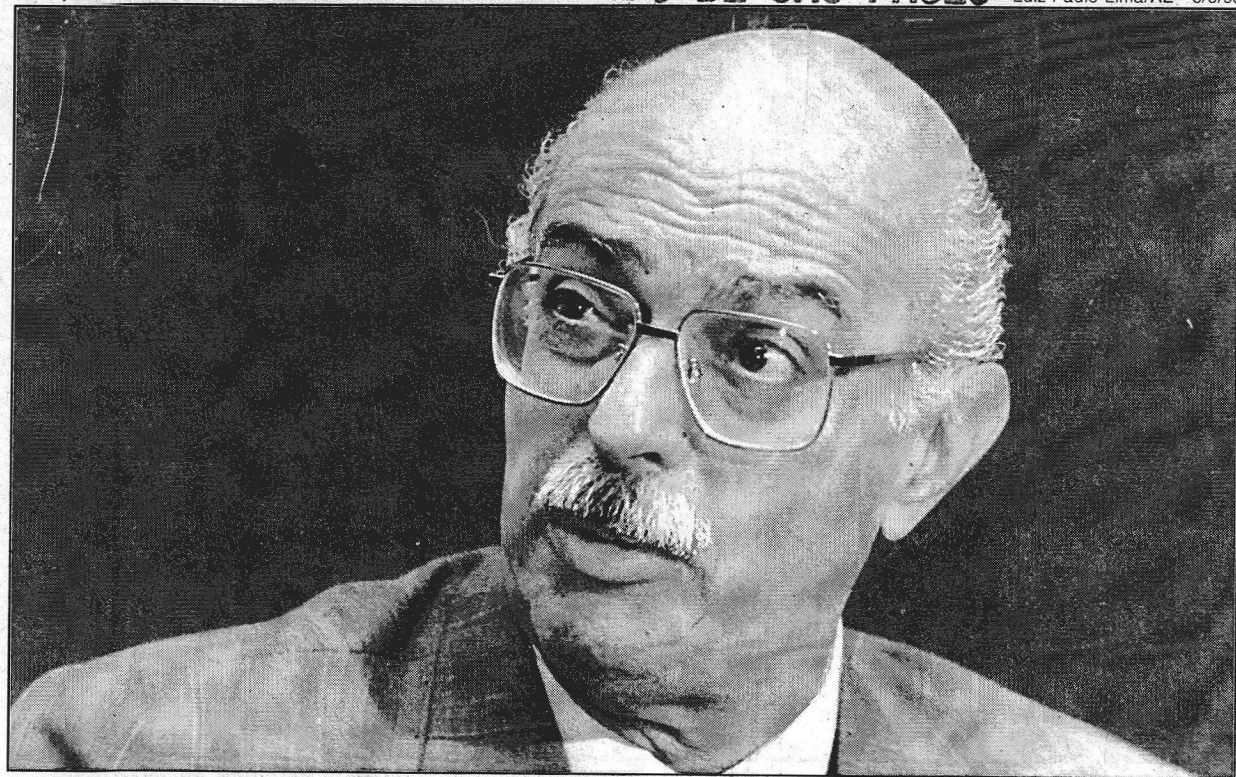
gamentos é por problemas da Fazenda e do Estado." Segundo Vecina, outros materiais e medicamentos, como filmes de raio X para tomografia computadorizada e albumina, também estão retidos pela Receita, totalizando uma quantia superior a R\$ 400 mil. "Se ficarem armazenados de maneira adequada não há a possibilidade de haver deteriorização", afirmou Vecina. "São produtos com um prazo maior de validade."

A Receita Federal em São Paulo informou que a exigência de certidão negativa de tributos e do INSS para desembaraço da carga faz parte da fiscalização da alfândega, de acordo com a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional. Ainda segundo a Receita, o HC tem duas opções para liberação do material: pagar os tributos ou saldar a dívida para com a União. Não é possível, de acordo com a Receita, pleitear o desembaraço com isenção, sob alegação de que a dívida está sendo renegociada.

"O hospital possui isenção dos tributos por ser um órgão público", garantiu o chefe de gabinete do HC, que espera uma solução da Justiça até a sexta-feira — prazo máximo de validade do produto. Vecina se preocupa, porém, com uma nova carga de cloreto de tálio que chega no próximo final de semana.

"Estamos vivendo uma situação kafkiana", definiu o chefe de gabinete do hospital. "O HC é um órgão público assim como a Receita Federal, estamos todos dentro da mesma casa sem que haja uma solução", acrescentou. "O detalhe é que o HC atende aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), também público, e que essas pessoas não têm outro lugar para ser atendidas."

PRODUTO
TEM VIDA
ÚTIL DE
96 HORAS



Jatene: ministro espera aprovação do CPMF este ano e o conseqüente aporte de R\$ 6 bilhões anuais